

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS DE USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM TERRAS GOIANAS (XVIII E XIX)

Maria de Lurdes Nazário

Docente do Curso de Letras do CCSEH

Introdução

Discutimos aqui alguns resultados do projeto de pesquisa intitulado *História da Língua Portuguesa (LP) em terras goianas (XVIII e XIX) a partir das políticas de uso dessa língua no Brasil Colonial*, focalizando especificamente as políticas de uso dessa língua a partir de 1757, quando o Diretório dos Índios foi publicado

Não há ainda estudo específico sobre a história linguística de Goiás na área da história social da linguagem, como se tem desenvolvido em outros estados brasileiros (em São Paulo (CASTILHO, 2001); no Rio de Janeiro (CALLOU, 2002); entre outras).

Nosso objetivo geral é problematizar as diferentes políticas indigenistas e suas políticas linguísticas implementadas no interior brasileiro nos séculos em questão, focalizando as práticas de colonização (processos de catequização, escolarização, trabalho) implementadas em terras goianas, nos aldeamentos e presídios indígenas.

Referencial Teórico

As pesquisas na área da história social da LP desenvolvida no Brasil têm pontuando a relevância dos elementos sócio-históricos da sociedade brasileira do passado, para elaborar a história linguística do país, como também decifrar o aspecto interno de nossa língua materna. Mattos e Silva afirma que uma das motivações para pesquisar essa temática, justamente, “é a questão significativa das interpretações linguísticas possíveis, a partir da dinâmica populacional do Brasil colonial, com base nos dados de demografia histórica brasileira, [...] que tornam visível para os linguistas a importância da demografia histórica para a história das línguas, no caso, a nossa.” (2001, p. 276).

Oliveira (2001, p. 401) ressalta o fato dessa história ainda não existir, cabendo, ao linguista escrevê-la, e, segundo a autora, “escrever essa história implica aprender a historicizar os conceitos que utilizamos, implica desenvolver modos de historicizar o nosso fazer disciplinar.” (p. 402).

É importante pontuar que os historiadores, de modo geral, costumam fazer poucas referências aos usos linguísticos dos povos, não tendo, claro, um objetivo linguístico na questão (KIERNAN, 1993). Por outro lado, as pesquisas na área da história social da linguagem têm demonstrado que há um material rico e indiciário da história linguística de nosso passado nos documentos históricos.

Nesse contexto de pesquisa, é fundamental que os historiadores expliquem “como e por que algumas línguas e variedades de língua difundiram-se (geográfica e socialmente), ou foram impostas [pelas políticas linguísticas] com êxito ao longo do tempo, enquanto outras retraíram-se” (BURKE, 1995, p. 26).

Metodologia

A prática historiográfica de pesquisa possui um caráter documental. Nesse caso, o *corpus* organizado se constitui de textos como: *documentos notariais* (correspondências e relatórios oficiais da administração enviados ao governo central da Colônia (XVIII) e do Império (XIX)); *escrita da imprensa* (*Matutina Meiapontense* (1830-1834)); *crônicas historiográficas* (de Saint-Hillaire, Pohl e Cunha Matos).

Temos realizado um levantamento de “depoimentos diretos e indiretos” (HOUAISS, 1985) nos documentos sobre as políticas de estado implementadas, a situação sociolinguística da época, as práticas de colonização realizadas em terras goianas, a fim de implementar um trabalho descritivo-interpretativo dos *indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem goiana*.

Discussões Preliminares

As políticas de uso da LP em terras goianas a partir de 1757 fazem parte de uma estratégia do Estado português para alcançar a colonização iniciada nos primeiros contatos entre indígenas e portugueses na Colônia. Considerando o contexto político-social da época, as políticas indigenistas implementadas a partir do *Diretório dos Índios* (1757), documento que representa o início de uma política linguística em busca do monolinguismo em LP nestas terras, se utilizaram de práticas políticas, sociais, religiosas, educacionais, linguísticas, as quais juntas fortaleceram a *colonização linguística* (MARIANI, 2003) do indígena pelo interior da Colônia. Nesse contexto, aldeamentos indígenas foram fundados; escolas abertas; o ensino em LP e a catequese nessa língua foram colocados em prática nos aldeamentos e

presídios; o trabalho e o comércio foram incentivados, entre outras práticas avassaladoras para o mundo cultural indígena.

Especificamente, no século XVIII, o *Diretório* materializou discursivamente “o modelo matricial explicativo da política portuguesa” do momento, “indicando os novos parâmetros adotados e as influências da Europa ilustrada acerca da institucionalização civil para a população autóctone” (MELO, 2008, p. 86-87), em que dois objetivos centrais definiram medidas ou meios a serem tomados: a cristianização e a civilização dos índios, uma vez que estes eram necessários no projeto colonial e econômico de torná-los úteis ao Estado. A fim de alcançar estes objetivos, era exigência abandonar o modelo de vida dos “selvagens”, sua cultura, sua língua, e incorporar os traços da sociedade europeia. Para tanto, o poder central europeu definiu uma estratégia fundante, a política linguística de imposição da LP que possibilitaria a cristianização com a ajuda de missionários (não jesuítas).

Na Capitania de Goiás, o então governador José de Almeida Vasconcelos (fidalgo português) recebe, em 1771, as *Instruções* específicas para tratar dos indígenas da Capitania (LAZARIN, 1985). Esse documento refletia as preocupações do *Diretório* e se adequavam ao contexto das relações entre milhares indígenas, ainda muito “hostis”, e conquistadores na Capitania de Goiás. A partir de então, o processo de civilização dos índios em aldeamentos goianos é fortalecido, sendo vistos como parte dos planos do governo (LAZARIN, 1985) nestas terras.

No século XIX, a política do monolinguismo em LP continuou uma estratégia política fundamental, mas, naquele momento, para o fortalecimento do estado nacional que se formava. Assim o ideal de um estado-nação brasileiro falante de português foi fortalecido a cada década, contando com os movimentos políticos, sociais e culturais em defesa de uma identidade brasileira, de um sujeito nacional. Nesse contexto político, a fim de regular a alteridade brasileira a seu favor, em meados do século, uma nova legislação indigenista do governo central é definida, depois de décadas (47 anos) sem uma política para todo o território.

O *Decreto 426* que contém o *Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Indios* (1845) foi redigido em resposta aos “problemas” provocados pelos indígenas no interior do Império brasileiro, prejudicando o projeto de desenvolvimento e unidade nacional em crescimento, como: conflitos entre colonos e indígenas, a necessidade de civilização destes e sua sedentarização para desocupar territórios produtivos importantes e necessidade de mão-de-obra para a agricultura. Aliado às ideias de civilização e de religião cristã postuladas no *Diretório*, o *Decreto 426*, que centraliza o poder no Imperador, define a

política indigenista do período com direcionamentos para os diretores das aldeias e missionários sobre como deveria ocorrer o ensino das letras para os índios aldeados.

O Diretor Geral dos Índios era responsável por enviar missionários para os aldeamentos com a finalidade de catequese, pela criação de escolas de “primeiras letras para os lugares, onde não bast[asse] o Missionário para este ensino”, pela correspondência com esses religiosos para esclarecimentos e notícias sobre a catequese e civilização dos índios, pela indicação de medidas “apropriadas para se conseguir o grande fim da catechese, e civilização dos Indios” (Dec. 426, artigo 1º, 1845). Já os missionários deveriam instruir os índios na religião católica e “ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispu[sessem] a adquirir essa instrução” (Art. 6º).

Nesse sentido, em termos linguísticos, podemos dizer que as escolas nos aldeamentos tinham um papel central de imposição de usos linguísticos em LP, contribuindo com a destruição da expressão linguística do nativo brasileiro e ainda criando uma “comunidade de consciência” (BOURDIEU, 1998), a fim de fortalecer a ideia de um estado-nação brasileiro e, ao mesmo tempo, unificar o mercado linguístico do interior do Brasil, que era/é multilíngue.

Algumas Considerações

Compreendemos que, em qualquer um dos momentos da política indigenista brasileira nos anos aqui discutidos, a questão econômica ditou a questão política, social e linguística para os colonos e indígenas nestas terras. Apesar das ditas medidas humanistas em favor dos indígenas (escolas, casas, roupas para os índios e etc), no fim, a estrutura cultural e sociolinguística dos povos indígenas que sobreviveram ao contato foi deslocada, quando muitos grupos se miscigenaram, quando foram forçados a aprender a LP e proibidos de falar ou deixaram de falar sua língua nativa, criando contextos de monolinguismo e/ou de bilinguismo para aqueles que conseguiram se manter unidos com o passar dos anos. No Estado de Goiás, somente os antepassados de três etnias resistiram às práticas colonizadoras dos séculos XVIII e XIX, de maneira que seus herdeiros conseguem figurar na história social e linguística de nosso estado hoje, os quais são: os Karajá, os Tapuia e os Avá.

Referências

BOURDIEU, P. Parte I - A economia das trocas linguísticas. In: _____. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BURKE, P. História social da linguagem. In: _____. *A arte da conversação*. São Paulo: UNESP, 1995.

CALLOU, D. Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro no século XIX. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001.

CASTILHO, A. T. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001.

HOUAISS, A. *O português do Brasil*. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1985.

KIERNAN, V. Línguas e conquistadores. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Orgs.). *Linguagem, indivíduo e sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. *Letras*, Santa Maria, n. 23, p. 73-82, dez., 2003.

LAZARIN, R. H. de A. *O Aldeamento do Carretão*: duas histórias. 233 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNB, Brasília, 1985.

MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001.

MELO, A. B. de. *A política indigenista pombalina na Capitania de Goyaz*: o tempo de rendição (1772-1783). 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, G. M. Matrizes da língua portuguesa no Brasil meridional: 1680-1830. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001.

POHL, J. E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social – Revista de Sociol.*, USP, São Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993.